

DA FINANCEIRIZAÇÃO AO LUGAR: DOS NEXOS HEGEMÔNICOS ÀS CONTRA-RACIONALIDADES DO COTIDIANO

Marina Regitz Montenegro*

Universidade de São Paulo**

Resumo: As finanças alcançam, no período atual, uma centralidade inédita em todos os campos da vida social, assumindo um papel determinante sobre as dinâmicas do espaço geográfico. Na medida em que envolve transformações na economia, na política e na sociedade como um todo, a financeirização implica uma renovação dos próprios conteúdos do território e do cotidiano. Partindo de uma aproximação teórica sobre o processo em tela, o artigo busca desvendar certos nexos da creditização do território brasileiro para, em um segundo momento, focar a capilaridade alcançada pelas finanças entre a população pobre e seus impactos no cotidiano, onde a incorporação de nexos financeiros se combina à emergência de novas contra-racionalidades.

Palavras-chave: Financeirização. Território. Cotidiano. Lugar. Contra-racionalidades.

FROM FINANCIALIZATION TO PLACE: FROM THE HEGEMONIC LINKS TO DAILY COUNTER-RATIONALITIES

Abstract: The finances reach, in the current period, an unprecedented centrality in all fields of social life, playing a leading role on the dynamics of geographical space in contemporaneity (SANTOS, 1996; FRENCH et al., 2011). As far as it involves changes in economy, in politics in and society as a whole (Christopherson et al., 2013), financialization implies a renewal of the contents of territory and of daily life. From a theoretical approach about this process, the article seeks to uncover certain links of the Brazilian territory creditization to, in a second moment, focus the reach achieved by finance among the poor and their impact on daily life, where the incorporation of financial links combines itself with the emergence of new counter-rationalities.

Key words: Financialization. Territory. Daily life. Place. Counter-rationalities.

DE LA FINANCIERIZACIÓN AL LUGAR: DE LOS NEXOS HEGEMÓNICOS A LAS CONTRA-RACIONALIDADES DE LO COTIDIANO

Resumen: Las finanzas alcanzan, en el período actual, una centralidad inédita en todos los campos de la vida social, asumiendo un papel determinante sobre las dinámicas del espacio geográfico. En la medida en que involucra transformaciones en la economía, en la política y en la sociedad como un todo, la financierización implica una renovación de los propios contenidos del territorio y del cotidiano. A partir de una aproximación teórica sobre este proceso, el artículo busca desvelar ciertos nexos de la creditización del territorio brasileño para, en un segundo momento, enfocar la capilaridad alcanzada por las finanzas entre la población pobre y sus impactos en el cotidiano, donde la incorporación de nexos financieros se combina a la emergencia de nuevas contra-racionalidades.

Palabras clave: Financierización. Territorio. Cotidiano. Lugar. Contra-racionalidades.

* Doutora em Geografia, atualmente realiza estágio de Pós-Doutorado em Geografia na Universidade de São Paulo. E-mail: montenegromarina@hotmail.com

** Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Butantã, São Paulo - SP, 05508-000. Tel: (11) 3091-3769

Introdução

O protagonismo alcançado pelas finanças no período atual implica a reprodução dos nexos da financeirização em diferentes escalas. Se suas origens são globais, estes nexos redefinem, ao mesmo passo, processos nas escalas das formações socioespaciais e dos lugares. Visamos, nesta direção, compreender como o processo de financeirização se realiza no território brasileiro para aproximar-nos das novas formas de capilaridade assumidas pelas finanças junto à população de baixa renda na metrópole de São Paulo. Propomos, destarte, uma análise teórico-empírica do processo de financeirização da pobreza e de seus espaços na cidade.

Partimos da análise da conformação de um regime de acumulação financeirizado e da crescente imbricação entre as dimensões produtiva e financeira para, em seguida, destacar as abordagens correntes da financeirização. Dada a centralidade do processo em tela na contemporaneidade, analisamos, em um segundo momento, a recente inserção da financeirização no campo de conhecimento voltado às relações entre geografia e finanças.

As especificidades do processo de financeirização na formação socioespacial brasileira (SANTOS e SILVEIRA, 2001), ou ainda, a forma particular assumida pelo nexos “Estado-Finanças (HARVEY, 2011) é abordada, em um terceiro momento, para compreendermos como a creditização da sociedade e do território relaciona-se à expansão do consumo entre as diferentes classes de renda no país, mas, por outro lado, encontra-se igualmente na origem da generalização do endividamento.

Apoiados na sistematização de informações obtidas em trabalhos de campo, buscamos, finalmente, desvendar novas formas de capilaridade assumidas pelas finanças e pelo consumo na periferia de São Paulo e seus impactos no cotidiano da população pobre. Realiza-se, aí, a convivência dialética entre uma razão de ordem local e outra de ordem global (SANTOS, 1996) a partir da combinação entre nexos hegemônicos e contra-racionalidades emanadas do lugar.

Financeirização: uma aproximação conceitual

As finanças alcançam, no período atual, uma centralidade inédita em todos os campos da vida social, assumindo, por conseguinte, um papel determinante nas dinâmicas do espaço geográfico (SANTOS, 1996; FRENCH et al., 2011). Viveríamos hoje em um mundo com “dominância da esfera financeira” (CHESNAIS, 1998), onde os imperativos financeiros permeiam e sujeitam todas as esferas da atividade social.

Gestada desde os anos 1970, uma nova configuração do capitalismo mundial implicou a consolidação de um “regime de acumulação com dominância financeira” (BOYER, 2000; CHESNAIS, 2005), ou ainda, de um “capitalismo dirigido pelas finanças” (GUTTMANN, 2008). A expansão deste processo, em sua contemporaneidade, pode ser compreendida como “financeirização”, termo crescentemente invocado nos debates sobre as dinâmicas do capitalismo contemporâneo. Segundo Christophers (2015), a financeirização, junto à globalização e ao neoliberalismo, conformam um tripé analítico capaz de distinguir o capitalismo atual de suas fases anteriores. Abrangendo um amplo processo de transformação econômico, mas também cultural, a financeirização envolve mudanças de comportamentos e valores na economia, na política e na sociedade como um todo (CHRISTOPHERSON et al., 2013), renovando, por conseguinte, os próprios conteúdos do território e do cotidiano.

As determinações do regime de acumulação financeirizado se afirmam em diferentes escalas no período da globalização, sinônimo, por sua vez, do próprio processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 2003). Conforme afirma Santos (1996), a possibilidade de realização de uma mais-valia ao nível global assume, atualmente, o papel de motor da vida social e econômica. A financeirização coincide, assim, com o protagonismo assumido pelo capital financeiro, mas também com a própria globalização da acumulação. Na visão de Lapavitsas e Powell (2013), a financeirização corresponde, nesta direção, à busca de autoafirmação do sistema financeiro enquanto uma esfera autônoma da acumulação do capital e, ao mesmo passo, à reestruturação a longo prazo da economia global em benefício de agentes financeiros hegemônicos. Estes atores se estendem hoje dos tradicionais capitais bancários a instituições financeiras não bancárias como investidores institucionais, fundos de pensão, fundos de investimento coletivos, empresas financeiras e sociedades seguradoras, os quais tende a assumir um crescente protagonismo financeiro (DIAS, 2009).

Alavancado pelas tecnologias da informação e da comunicação, o novo sistema técnico característico do período surge como condição e fator da globalização financeira (CHESNAIS, 1998). Além de potencializar a mobilidade dos capitais e permitir a instantaneidade das operações, as redes digitais autorizaram a constituição de um mercado em escala mundial. A combinação entre políticas de desregulamentação e a informatização resultou na passagem de um sistema financeiro controlado e organizado em âmbito nacional a um sistema auto regulamentado de âmbito global (GUTTMANN, 2008). O capital financeiro pode tirar, deste modo, crescente proveito de sua flexibilidade e rapidez. E se outrora os bancos e instituições financeiras se

caracterizavam por sua atividade regional e nacional, alcançam hoje uma escala de ação mundial, operando no mercado internacional de capitais, créditos e moedas (CONTEL, 2006).

Embora frequentemente empregado pela literatura anglo-saxã em análises sobre a crise das hipotecas norte-americana no fim dos anos 2000, o potencial analítico do conceito de financeirização abrange o processo mais amplo de reestruturação da economia sob regência da esfera financeira. Conforme esclarece Lapavitsas (2011), as origens deste conceito residem na economia política marxista. Autores como Sokol (2013) e Aalbers (2008), por exemplo, concebem a financeirização como o deslocamento do capital dos circuitos primário, secundário e terciário para o circuito quaternário do capital, o qual não constitui um mercado de produção ou consumo, mas um mercado de especulação, ou ainda, um circuito de autoreprodução do capital. Estabelece-se, assim, um padrão de acumulação onde a realização do lucro ocorre cada vez mais por meio de canais financeiros do que através da produção de mercadorias e do comércio. Lapavitsas (2011) adverte, contudo, para a complexidade das relações existentes entre as esferas das finanças e da produção, assim como para os riscos de uma simplificação analítica que apregoa uma relação direta entre a estagnação produtiva e a ascensão financeira.

Nesta nova fase, passa a haver, em realidade, uma estreita imbricação entre as dimensões produtiva e financeira, a qual se manifesta, entre outros, pela crescente associação entre redes industriais, comerciais e instituições financeiras. Entre o conjunto de atividades modernas, multiplicam-se hoje as sinapses internas, cujo resultado é uma maior interdependência entre os agentes do circuito superior da economia (SILVEIRA, 2016), ou seja, entre as empresas que comportam elevados graus de capitalização, tecnologia e organização¹ (SANTOS, 1975). A mundialização da indústria e dos serviços envolve, com efeito, uma crescente incursão na esfera financeira. Ao mesmo passo, operações puramente financeiras dos grandes grupos adquirem maior importância no conjunto de suas atividades, decorrendo em uma migração de capitais da esfera do investimento para a esfera da especulação (CHESNAIS, 1998).

No bojo dos debates atuais sobre financeirização, podemos distinguir três abordagens mais correntes que, de certo modo, se revelam complementares: aquelas desenvolvidas por representantes da Escola da Regulação, pela leitura da Contabilidade social

crítica (Critical social accountancy) e pelas abordagens socioculturais da financeirização da vida cotidiana (everyday life) (PIKE e POLLARD, 2010; FRENCH et al., 2011).

O papel desempenhado pelas finanças em diferentes regimes de acumulação é focado por autores da Escola da Regulação, vertente que mais aprofundou este debate ao conceber a financeirização como o regime de acumulação sucessor do regime fordista (CHESNAIS, 2003). Enquanto pioneiro dessa abordagem, Aglietta (1998) destaca a emergência de um regime de crescimento patrimonial, caracterizado pelo protagonismo dos mercados de ativos, pela multiplicação de investidores institucionais e pela crescente importância da regulação corporativa. O “regime de acumulação financeirizado” compreenderia, deste modo, o sucessor do regime fordista baseado não mais em uma nova forma de organização técnico-industrial - como no caso do toyotismo -, mas no protagonismo alcançado pelas finanças. Ainda no fim dos anos 1990, Orléan (1999) define o “regime de acumulação financeirizado” como aquele assentado na liquidez dos mercados de títulos, cujo núcleo duro residiria na governança empresarial. Boyer (2000), por sua vez, se questiona sobre a viabilidade de um regime de acumulação governado pelo financeiro enquanto alternativa ao fordismo. A atualização das propostas de Arrighi (1994) representa uma referência central da abordagem regulacionista, daí a financeirização ser compreendida também como parte integrante de um projeto neoliberal global que marca o retorno da hegemonia da fração financeira do capital, sendo a expansão financeira concebida como o próprio símbolo de maturidade do desenvolvimento capitalista (PIKE e POLLARD, 2010).

A vertente da Contabilidade social crítica (Critical social accountancy), por sua vez, se restringe mais propriamente às relações entre mercados financeiros e corporações, priorizando as análises nos níveis meso e micro econômicos. Caracteriza-se, por conseguinte, como uma abordagem mais limitada à descrição dos processos e efeitos envolvidos no crescente poder dos valores e métricas financeiros e das tecnologias a eles associados no âmbito das empresas, mas igualmente entre os indivíduos. A financeirização é associada ao aumento da influência dos nexos dos mercados de capital (produtos, atores e processos) sobre os comportamentos das empresas e famílias, ou ainda, a uma nova forma de competição pautada na rentabilidade e nos padrões da performance financeira (ERTURK et al., 2008).

Por fim, as abordagens socioculturais da financeirização da vida cotidiana (everyday life) tendem a se voltar à análise das formas através das quais o dinheiro e as finanças moldam o cotidiano nas economias e culturas contemporâneas (FRENCH et al.,

¹Segundo Santos (1975), a economia urbana dos países periféricos pode ser compreendida a partir da formação de dois circuitos de produção e consumo, concorrentes e complementares, que se distinguem em função dos graus de tecnologia, capital e organização assumidos pelas atividades urbanas. Quando estes são altos, trata-se do circuito superior, incluindo sua porção marginal; quando são baixos, trata-se do circuito inferior.

2011). Segundo Martin (2002), a financeirização da vida cotidiana está diretamente relacionada ao desmonte dos sistemas de proteção social, substituídos hoje pelo mercado privado em suas variantes. Nesta direção, Langley (2007) compreende a financeirização como um processo de individualização que condiciona os indivíduos a assumir maiores responsabilidades e riscos financeiros, visto que benefícios providos outrora pelo Estado são substituídos por investimentos e previdências e seguros privados. Destaca-se ainda, neste campo, a análise da ascendência dos valores financeiros sobre os sujeitos e as próprias subjetividades.

Geografia e financeirização

Enquanto temática, a financeirização se insere no amplo campo de conhecimento voltado às relações entre geografia e finanças. Os estudos geográficos das finanças se iniciam propriamente com a publicação seminal de Jean Labasse (1955) sobre a região de Lyon, na qual o autor desenvolve uma inovadora análise sobre as relações entre a função financeira e a vida regional. Desde então, registraram-se significativas mudanças conceituais e a diversificação dos temas abordados nesse subcampo disciplinar. Da evolução das escalas de análise do fenômeno das finanças, inicialmente restrita às realidades locais e regionais, “a geografia passou a se preocupar com o alcance nacional e global de todos os tipos de atores financeiros, permitindo ganhos explicativos em relação entendimento do capitalismo atual, um capitalismo mundializado” (CONTEL, 2016, p.72). Ao longo desta trajetória, ao passo em que certos conceitos perderam relevância, outros adquiriram significados atualizados. Dentre os novos temas e termos surgidos recentemente no campo de uma nova “geografia das finanças” (MARTIN, 1999; FRENCH et al.; SOKOL, 2013), destaca-se justamente a financeirização.

Enquanto um campo de análise do presente em expansão, a financeirização apresenta, certamente, desafios temáticos, teóricos e metodológicos a serem enfrentados pela geografia. Segundo Pike e Pollard (2010), a financeirização em curso, além de compreender uma oportunidade analítica para a disciplina, representa um imperativo político-econômico para situar a finança no centro da análise em geografia econômica e aprofundar seus diálogos com os campos social, cultural e político.

Para Sokol (2013), as finanças e a financeirização precisam ser incorporadas à conceitualização da geografia econômica se esta pretende oferecer uma análise sólida das economias contemporâneas crescentemente financeirizadas. O aprofundamento e a renovação das leituras de uma geografia do dinheiro e das finanças (MARTIN, 1999) se imporiam, nesta

direção, à atual agenda da disciplina. Reconhecer a centralidade das finanças, desvendando as formas como participam, através de redes de valor, da reprodução das desigualdades sociais e espaciais em múltiplas escalas compreende, destarte, um novo imperativo.

Embora assentada na maximização da mobilidade dos capitais e na imaterialidade de suas variáveis dominantes, a financeirização não é, certamente, um processo geográfico neutro ou a-espacial e tampouco implica uma pretensa desterritorialização (DAHER, 2016). Conforme já ressaltava Santos (1996) na década de 1990, embora as finanças tenham adquirido uma crescente autonomia no período da globalização, seguem dependendo de uma série de fatores eminentemente geográficos. Seu funcionamento depende não só de todo um conjunto de infraestrutura de sistemas e objetos técnicos, mas dos próprios “conteúdos normativos do espaço”, como as normas e leis de cada país que lhes garantem, por sua vez, ubiquidade e instantaneidade. Há, por conseguinte, uma causalidade do fenômeno das finanças que deriva dos elementos que compõem o espaço geográfico (CONTEL, 2016).

No período atual, agentes hegemônicos institucionais como investidores institucionais, fundos de pensão, fundos de aplicação coletivos, empresas financeiras e sociedades seguradoras, assumem um crescente protagonismo na determinação dos conteúdos locais e regionais. Os Estados Nacionais não deixam, no entanto, de desempenhar um papel chave nas dinâmicas em curso, uma vez que delimitam o alcance da ação destes atores, mesmo em um cenário de desregulamentação e desintermediação, o qual não deixa de ser, contudo, autorizado pelo Estado. Conforme assevera Harvey (2011), há em cada Estado uma forma particular do nexo “Estado-Finanças”, ou seja, estabelecem-se variações geográficas dos arranjos institucionais e alianças envolvendo a gestão de cada Estado no que tange à circulação do capital em seus territórios.

A financeirização envolve, ademais, não apenas um enraizamento das redes e práticas financeiras, mas todo um processo de reconfiguração espacial que lhe é inerente (PIKE e POLLARD, 2010). Emanada e é controlada a partir de determinados lugares, sujeitando os demais às suas estruturas e determinações (MARTIN, 2011). Representa, finalmente, uma forma contemporânea do processo de desenvolvimento desigual (CRISTPHERSON et al., 2013).

Em um cenário onde os capitais podem circular cada vez mais livremente sem restrições, “a poupança é coletada em diferentes regiões, potencialmente do mundo inteiro, para, em seguida, ser centralizada nas praças financeiras respectivas (Zurich, Londres, Paris etc) e redistribuída nas escalas nacionais e internacionais” (THEURILLAT e CREVOISIER, 2011, pp.2-3). Conformam-se, assim, um

espaço financeirizado de mercados interconectados, cuja lógica implica uma redistribuição que tende a beneficiar as maiores empresas financeirizadas e as regiões onde localizam-se suas sedes.

Frente à conformação desta nova geografia da financeirização (DE MATTOS, 2014), impõe-se à geografia a tarefa de analisar este processo e suas consequências (PIKE e POLLARD, 2010), atentando especialmente ao papel ativo do espaço e do lugar em suas dinâmicas (FRENCH et al., 2011), ou ainda, aos seus determinantes gerais e às suas configurações particulares, esforço que buscamos empreender a seguir a partir de um olhar sobre dinâmicas recentes no território brasileiro.

Financeirização e creditização do território brasileiro

O processo de financeirização da formação socioespacial brasileira (SANTOS e SILVEIRA, 2001) está diretamente relacionado à reestruturação recente do sistema financeiro nacional. A partir dos anos 1990, a maior inserção do país na globalização envolveu a implementação de um conjunto de políticas relacionadas ao campo financeiro, como o ajuste fiscal, a realização de reformas tributárias, a prática de juros e câmbio de mercado, a abertura a fluxos de capitais estrangeiros, a desregulamentação e as privatizações de empresas públicas. Em um contexto de avanço da ideologia neoliberal, conjugaram-se, assim, a liberalização normativa, econômica e financeira, a desnacionalização, a privatização e a implementação de um programa de estabilidade macroeconômica com o Plano Real de 1994 (CONTEL, 2006), os quais resultaram, dentre outros, em uma maior concentração econômica e financeira no país.

As políticas de desregulamentação e desnacionalização alcançaram diferentes setores, dentre os quais o sistema financeiro, reestruturado profundamente a partir de meados dos anos 1990 com a implementação do Programa de Incentivo à Redução do Estado na Atividade Bancária (PROES) e do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER)². No plano do território nacional, este processo implicou, a consolidação da concentração financeira em São Paulo, fortalecendo-se, por conseguinte, o seu papel de metrópole nacional e internacional. Já nos anos 2000, a implantação do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) surge como um instrumento normativo para regular as transações efetuadas pelos principais agen-

tes financeiros no território brasileiro, garantindo não só maior velocidade, mas interconexão instantâneas às operações (CONTEL, 2009).

Com a reestruturação do sistema financeiro nacional, passou-se a autorizar, ao mesmo passo, instituições não bancárias a atuarem como se o fossem, o que resultou na multiplicação e diversificação dos agentes credores no país, dentre os quais se destacam não mais apenas os bancos privados, mas também agências financeiras de crédito pessoal e grandes redes varejistas de diversos ramos. Estabeleceu-se, assim, uma maior complexidade da distinção entre instituições, produtos e serviços bancários e financeiros. Cabe destacar que esta extensão da oferta de crédito a instituições financeiras não bancárias coincide com o processo de desintermediação, ou seja, com a abertura das operações de empréstimo a todo tipo de investidor institucional, correspondente, por sua vez, a um dos processos constitutivos da mundialização financeira (CHESNAIS, 2005).

A renovação da base técnica e organizacional que rege o funcionamento da atividade bancária e financeira implicou, ao mesmo passo, a expansão do alcance das finanças no espaço nacional. De acordo com Contel (2006), a conformação de uma nova topologia bancária, alcançada pela maior presença dos fixos geográficos bancários – como agências, caixas eletrônicos, postos de atendimentos e correspondentes bancários – e a difusão de novos canais eletrônicos garantiram não só a maior oferta de serviços bancários, mas uma ampla expansão da concessão de crédito, resultando, por fim, em uma “hipercapilaridade das finanças” no território brasileiro.

Conforme coloca Sokol (2013), a expansão do sistema creditício representa um componente central do processo de financeirização. Nos últimos anos, conformou-se no Brasil, com efeito, um cenário de ampla difusão do crédito pelo território, o qual alcançou 54,7% do PIB em 2014. Ao longo dos anos 2000, o ciclo de expansão da oferta de crédito se sustentou no desempenho positivo dos indicadores de emprego e renda, se estendendo, por conseguinte, às diferentes camadas de renda da população através de modalidades específicas para cada segmento, como o crédito consignado, os cartões de crédito, o crédito pessoal, o crédito imobiliário e rural. Desde meados da década de 1990, a expansão do crédito no país se baseou sobretudo em operações contratadas por pessoas físicas: enquanto em 1995, estas operações movimentaram R\$12,9 bilhões, em 2014 já alcançavam R\$ 1,412 trilhão (BCB, 2015). Cabe destacar que a despeito da desaceleração do PIB nacional observada a partir de 2011, a oferta de crédito segue em expansão, haja visto o crescimento de 82% do volume de crédito ofertado entre 2010 e 2014 (BCB, 2015). Outro indicador expressivo da nova realidade alcançada pelas

²Com o PROES, desencadeou-se um amplo processo de privatização e eliminação de bancos públicos estaduais que passaram a ser controlados, em grande medida, por bancos privados estrangeiros. O PROER, por sua vez, envolveu uma série de intervenções e alterações societárias em bancos que levaram a uma redução da capacidade das regiões em comandar suas infraestruturas e fluxos financeiros (CONTEL, 2006).

finanças no território brasileiro consiste no aumento da bancarização. Enquanto em 1999, contabilizavam-se cerca de 49,9 milhões de contas-corrente, em 2015 já eram mais de 108 milhões, ano em que a população bancarizada chegava a 60% do total (BCB, 2015).

Embora a recente expansão da oferta creditícia no país tenha envolvido diferentes estratos da população, os segmentos de menor renda foram especialmente focados e beneficiados por modalidades como o crédito pessoal, cartão de crédito e crediário. Segundo Harvey (2011), uma das características centrais do capitalismo contemporâneo reside na busca do mercado por se estender também aqueles com rendimentos mais baixos, especialmente através da indústria de cartões de crédito e do endividamento. A população de baixa renda se destaca, efetivamente, como o segmento mais tomador de crédito no país: 60% dos tomadores, ou 20% da população adulta, possuem renda inferior a três salários mínimos. Em 2014, 46% do volume de crédito concedido através do cartão de crédito parcelado e 45% do volume concedido através do cartão de crédito rotativo se direcionaram apenas a este estrato da população (BCB, 2015). Contudo, se em um primeiro momento, o acesso facilitado ao crédito, combinado a outros fatores, permitiu a expansão do consumo, em especial entre os de menor renda (NERI, 2011; MONTENEGRO, 2014); posteriormente, desvelou-se o reverso da lógica da creditização generalizada, ou seja, o endividamento em massa e seus desdobramentos sobre o cotidiano.

Hegemonia do crédito e generalização do endividamento

A financeirização global da economia, a possibilidade de acumulação em escala global, a mercantilização econômica e social e a progressiva transição de uma sociedade de produtores a uma sociedade de consumidores conformam tendências constitutivas e inter-relacionadas desta nova fase de modernização capitalista financeirizada (DE MATTOS, 2014).

O consumo, intermediado pelas finanças, assume, com efeito, um papel fundamental na determinação das atuais dinâmicas sociais, posto que com a globalização, tornou-se um imperativo (SANTOS, 2000). Segundo Bauman (2007), a atual “sociedade de consumidores” estabelece uma refundação das relações humanas à medida dos mercados, sendo sua característica mais proeminente justamente a capacidade de comprometer seus membros enquanto consumidores. Ao analisarem as relações atuais entre geografia e consumo, Ballesteros e Carreras (2006, p.326) consideram o consumo como “a perspectiva mais importante a partir da qual se deve entender a nova diferenciação das classes sociais,

distanciando-se da explicação clássica relativa à propriedade dos meios de produção”.

Autorizada pela banalização do acesso ao crédito, a expansão recente do consumo alcançou também a população de baixa renda. No território brasileiro, e em especial em suas maiores cidades, conforma-se hoje, por conseguinte, uma pobreza permeada por novos padrões de consumo – desejosa de certas marcas e da frequência a certos tipos de estabelecimentos – mas também por uma nova escassez. Conforme esclarece Silveira (2011a, p.45):

O consumo ganha hoje um importante papel explicativo. Trata-se do acesso aos novos bens, tantas vezes mascarado de afirmação social quando na realidade é uma forma de controle, e de obediência às normas que advém do processo de consumir e de um endividamento difuso da população (...) Tal desigualdade estrutural na qual escassez e consumo coexistem é herança e cenário para a atual vida de relações.

Pois, se por um lado, a recente difusão do crédito permitiu efetivamente a expansão do consumo entre as diferentes classes de renda no país nos últimos anos; por outro, implicou também a ampliação do endividamento e da inadimplência, sobretudo entre os pobres, uma vez que um crédito fácil e desburocratizado é oferecido a uma população sem condições de poupar e sem lastro. É notória, nesta direção, a coincidência entre o avanço do endividamento e a expansão da oferta de crédito no país nos últimos anos³. No início de 2016, 60,8% das famílias brasileiras encontravam-se endividadas; do total destas dívidas, 77,4% haviam sido adquiridas através de cartões de crédito (PEIC/CNC, 2016). Conforme afirma Lazzarato (2011), o cartão de crédito transformou-se na forma mais simples de transformar seu proprietário em um permanente endividado, uma vez que a própria relação credor-devedor já se encontra inscrita nos cartões.

Objetos constituintes do espaço geográfico da globalização intencionalmente concebidos para o exercício de certas finalidades (SANTOS, 1996), os fixos geográficos bancários, aos quais se somam hoje meios eletrônicos como cartões e smartphones, garantem ubiquidade às finanças e onipresença ao crédito no plano do cotidiano (CONTEL, 2006). Artefato emblemático do período atual, o cartão constitui uma modalidade de crédito com especial poder de difusão em diferentes segmentos. Para além da publicidade em diferentes meios de comunicação, as estratégias para abarcar a população de baixa renda como usuários de cartões de crédito envolve apelos de diferentes ordens como correspondências, telefonemas, premiações e convites

³Entre 2010 e 2013, observou-se um significativo aumento do percentual de famílias endividadas, que passou de uma média anual de 59,1% a 63,9% (PEIC/CNC/ FECOMERCIO, 2013).

personalizados (SCIRÉ, 2011). Há atualmente, no Brasil, cerca de 293 milhões de cartões de débito emitidos, dos quais 111 milhões encontram-se ativos, 158 milhões de cartões de crédito emitidos, dos quais 84 milhões ativos, além de 225 milhões de cartões de redes e lojas (private label) (BCB, 2015). Ao antecipar recursos para a compra, o cartão potencializa o fenômeno do consumo, inclusive aquele de natureza conspícua, ou seja, de itens supérfluos. A facilidade do crédito pré-aprovado induz ao endividamento e, muitas vezes, à inadimplência, sobretudo entre a população de menor renda, sem garantias reais de solvabilidade e sem acesso ao crédito consignado, o que acaba por elevar as taxas de juros praticadas pelas instituições credoras. Estima-se, nesta direção, que 60 milhões de brasileiros se encontrassem inadimplentes no início de 2016, cifra equivalente a 41% da população com mais de 18 anos (SERASA, 2016).

No bojo do processo de creditização da população de baixa renda, grandes conglomerados empresariais e financeiros parecem ter reconhecido a “necessidade de desburocratizar o crédito”, posto que a rigidez e a quantidade dos requisitos – muitas vezes limitados à apresentação de RG, CPF e talões de cheques – para o acesso a cartões e empréstimos se reduzem à medida que aumenta o custo do dinheiro (SILVEIRA, 2009). A financeirização logra alcançar, deste modo, novos patamares, capilarizando-se junto aos estratos de menor renda. A oferta de crédito por instituições bancárias, agências financeiras e redes comerciais acaba por provocar, destarte, não apenas a expansão do consumo, mas a própria busca por novos empréstimos para quitação de dívidas prévias. Aprofunda-se, por conseguinte, o ciclo vicioso entre acesso ao crédito e ao consumo, endividamento crônico e aprofundamento da pobreza.

Verifica-se, com efeito, que o segmento mais pobre da população é aquele com maior comprometimento relativo de sua renda com o pagamento de dívidas: 38,2% dos tomadores de crédito com renda até três salários mínimos, equivalentes a 13,2 milhões de pessoas, apresentavam comprometimento de renda acima de 50% no Brasil em 2014 (BCB, 2015). Este estrato é também o mais atingido pelo endividamento e pela inadimplência. Atualmente, 62,4% das famílias de menor renda no país se encontram endividadas; dentre os inadimplentes, 77,2% ganham até 2 salários mínimos (SERASA, 2016; PEIC/CNC, 2016). Conforme já apontava Baudrillard (1970), o processo mágico de realização imediata da compra se confronta, necessariamente, com a realidade socioeconômica do indivíduo no vencimento de cada prestação.

A facilitação do acesso ao crédito tende a ser compensada pela imposição de juros mais elevados a aqueles que não possuem patrimônio e cuja renda é

menor e mais volátil, a rigidez das condições se agrava em casos de histórico de inadimplência. O acesso ao crédito fácil se torna, assim, mais oneroso aos estratos de menor renda, haja vista as altíssimas taxas de juros praticadas, por exemplo, no cartão de crédito, uma modalidade facilmente concedida, mas que cobra os juros mais elevados do mercado através do instrumento do rotativo. Além de permitir a realização de saques, o crédito rotativo possibilita o pagamento de apenas uma parcela mínima da fatura e o adiamento do restante para o mês seguinte, ao qual são acrescidos, no entanto, juros bastante elevados, chamados de “encargos contratuais”. As taxas de juros praticadas no rotativo são as mais altas do mercado, alcançando valores superiores a 600% ao ano⁴, daí o crescimento veloz e vultoso das dívidas e, por conseguinte, dos atrasos e da inadimplência.

Conforme propõe Lazzarato (2011), a dívida assume um papel determinante para o entendimento de uma sociedade regida pela financeirização. De acordo com o autor italiano, ao passo em que indivíduos, famílias e firmas tornam-se progressivamente sujeitos à disciplina dos mercados financeiros, a relação credor-devedor se consolida como a relação central na sociedade ocidental contemporânea. Há, de fato, uma lógica do endividamento generalizado que permeia hoje todas as escalas, ou seja, uma produção constante e sistemática de devedores (LAZZARATO, 2011).

Ancoradas nas possibilidades técnicas e políticas do período, a financeirização e a drenagem da poupança popular passam a se realizar através de novos canais. Conforme assevera Lapavitsas (2011), a financeirização da renda dos trabalhadores, ou das famílias em sentido mais amplo, envolve aspectos diversos, mas inter-relacionados. Por um lado, como vimos, há a expansão da concessão de diferentes modalidades de crédito, como o crédito imobiliário, os cartões de crédito, o crédito para consumo, para educação e saúde etc. Por outro, tem-se a generalização da oferta de produtos e serviços financeiros como hipotecas, pensões, fundos de investimento, aplicações, previdências privadas e seguros diversos. Estes aspectos integram, por sua vez, o processo de mercantilização econômica e social neoliberal (CHRISTOPHERSON et al., 2013), evidenciado pelo recuo contínuo da provisão pública dos mais diversos serviços. O consumo torna-se, deste modo, progressivamente privatizado e mediado pelo sistema financeiro. Nesta direção, a extração da poupança popular pode ser compreendida como um processo de “expropriação financeira” (LAPAVITSAS, 2011, p.620), ao permitir a realização de lucros crescentes fora da esfera dos salários.

⁴As taxas de juros anuais cobradas no crédito rotativo pelo Itaú, por exemplo, chegam a 631%, pela BV Financeira a 610% e pela Losango a 565% (BCB, 2016). Dentre os inadimplentes com renda mensal até três salários mínimos, 47% encontram-se inadimplentes na modalidade do crédito rotativo (BC, 2015).

A redefinição das práticas de consumo e a readequação da gestão do orçamento emergem como implicações do avanço da financeirização entre a população pobre, sobretudo nas grandes cidades, onde a produção de necessidades é mais exacerbada e a topologia dos agentes e fixos financeiros mais densa. A necessidade constante de reorganizar o orçamento doméstico para conciliar o pagamento de parcelas e dívidas com a economia familiar se destaca entre estes processos. O acesso ao crédito e a expansão do consumo representam, certamente, um alto custo para a população pobre. Como afirma Harvey (2011, p.98), “em curto prazo, o crédito serve para suavizar pequenos problemas, mas, em longo prazo, tende a acumular as contradições e tensões. Ele espalha os riscos, ao mesmo tempo que os acumula”.

Frente ao avanço da financeirização, a análise das relações entra a difusão do crédito e a expansão do endividamento, em suas múltiplas consequências, torna-se central para a compreensão da sociedade brasileira hoje, visto que vetores financeiros têm provocado diferentes implicações no território e na vida social, como um todo.

O cotidiano permeado pelas finanças: contra-racionalidades e resistências no lugar

Procuramos analisar, a seguir, certas dinâmicas relacionadas aos impactos da financeirização no plano do cotidiano da população pobre, a partir de um olhar sobre a periferia da metrópole de São Paulo, onde a incorporação de nexos financeiros se combina, não obstante, à emergência de novas contra-racionalidades.

Trabalhos de campo realizados nos bairros de Campo Limpo e Jardim São Luiz, na zona sul, e Itaquera, na zona leste, e no Município de Taboão da Serra na porção oeste da Região Metropolitana de São Paulo constituem um insumo primordial das análises que se seguem. Cabe destacar que 150 entrevistas e questionários foram realizados junto à população de baixa residente nestas localidades periféricas e junto a pequenos negócios do circuito inferior da economia urbana e a estabelecimentos do circuito superior aí localizados. Nas entrevistas realizadas junto aos consumidores, foram priorizados questionamentos sobre locais de consumo de produtos e serviços de diferente natureza, da frequência e dos deslocamentos aos diferentes estabelecimentos, do uso de serviços financeiros e do endividamento. Nos questionários aplicados junto aos estabelecimentos do circuito inferior, buscou-se analisar, entre outros, o impacto da instalação de grandes empresas nos bairros periféricos, os efeitos da expansão do crédito e as relações estabelecidas com as grandes empresas em suas proximidades. Já nos questionários aplicados junto às empresas do circuito superior, priorizaram-se questões

referentes à inserção da periferia em seu mercado, às diferentes possibilidades de pagamento, às formas de publicidade realizadas e às relações estabelecidas com os pequenos negócios do bairro. A sistematização das informações obtidas resultou em uma valiosa fonte de dados primários, visto que não dispomos de dados secundários específicos sobre o que entendemos por circuito inferior da economia urbana e tampouco sobre as transformações cotidianas resultantes do avanço da financeirização na periferia da metrópole.

Manifestação empírica da globalização, os vetores da financeirização se realizam hoje nos lugares, permeando o próprio cotidiano. Enquanto espaço do acontecer solidário e da interdependência obrigatória, o lugar não abriga apenas vetores de uma racionalidade hegemônica, mas também contra-racionalidades localmente criadas e sempre renovadas, conformando, assim, um híbrido de horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1996).

No período atual, as finanças e o consumo assumem progressivamente novas formas de capilaridade sobre a pobreza e as periferias das grandes cidades. Uma destas formas está relacionada à diversificação da topologia de agências financeiras e grandes redes de comércio e serviços em metrópoles como São Paulo. Nos últimos anos, estes agentes vêm buscando inserir-se em locais considerados até então mercados desinteressantes. Daí a crescente presença de agências bancárias, instituições financeiras de crédito pessoal, shopping centers, cadeias de hipermercados e supermercados e filiais de grandes redes de varejo e serviços não apenas em centralidades populares, mas também em seus bairros periféricos.

A divisão territorial do trabalho destas grandes corporações passa a incorporar, doravante, novas porções do território urbano, conformando um movimento que conta, muitas vezes, com o auxílio do próprio Estado. Agências financeiras de crédito pessoal como Crefisa, Finasa e Fininvest⁵, shoppings e redes varejistas como Extra, Casas Bahia, Magazine Luiza, Marabraz e Ponto Frio, entre outras, expandiram significativamente seu número de lojas e sua área de atuação na Região Metropolitana de São Paulo nos últimos anos. Embora concentrada nas áreas centrais, a topologia destes estabelecimentos alcança agora bairros periféricos da cidade, como Campo Limpo, Jardim São Luiz e Socorro na zona sul, e Itaquera e São Miguel na zona leste, assim como cidades que margeiam o Município de São Paulo e reúnem grandes periferia pobres, como Taboão da Serra, Carapicuíba e Itapeverica da Serra, logrando, assim, um alcance de maior escala junto à população de baixa renda. Muitas vezes alojadas dentro de shoppings, as redes varejistas de móveis, ele-

⁵Finasa e Crefisa se destacam como as agências financeiras de crédito com o maior número de lojas em São Paulo. A Crefisa possui atualmente 63 lojas no Município de São Paulo e mais 36 nos demais municípios da Região Metropolitana. Já a Finasa possui 47 lojas no Município de São Paulo, às quais se somam mais 36 nos demais municípios da Região Metropolitana.

trodomésticos e vestuário se destacam entre os agentes do circuito superior que têm alcançado maior capilaridade no território metropolitano⁶.

A proximidade de equipamentos de consumo e de grandes redes de varejo nas periferias acaba por potencializar os anseios reprimidos de certos produtos e marcas globais e nacionais entre a população pobre que pode acessar agora um crédito fácil, ainda que extremamente custoso. A importância do acesso a determinadas marcas exerce, neste ponto, um papel central nas dinâmicas em curso, uma vez que, conforme explica Sennet (2006), a paixão auto consumptiva não se fundamenta mais apenas na influência da publicidade e na lógica da “obsolescência planejada”. Há, hoje, um maior envolvimento do consumidor em sua paixão pelo consumo, expresso pela exaltação das marcas e da suposta potência embutida nos objetos. O processo de consumo envolve, desta forma, não apenas uma classificação e diferenciação social de objetos, mas também de signos, que se ordenam como valores estatutários no seio de uma hierarquia (BAUDRILLARD, 1970).

A crescente oferta por parte do circuito superior volta-se, hoje, a uma demanda anteriormente voltada sobretudo aos pequenos negócios da economia popular do circuito inferior da economia (SILVEIRA, 2009). Frente à proximidade das grandes redes e à maior acessibilidade ao crédito, diversificam-se as práticas de consumo da população pobre em estabelecimentos de diferentes portes. Transformam-se ritmos e deslocamentos de práticas características do cotidiano nos lugares. Redefine-se, por conseguinte, o tamanho do mercado do circuito inferior que passa a enfrentar uma concorrência altamente capitalizada, inclusive em bairros periféricos que até então lhes eram cativos. Intensifica-se, ao mesmo passo, a drenagem de um fluxo já escasso de capital que agora passa a ascender em maior volume do circuito inferior, ou seja, da população pobre, rumo ao circuito superior da economia, ampliando, finalmente, as formas de acumulação das grandes redes (SILVEIRA, 2016).

Pequenos negócios seguem, porém, exercendo um importante poder de polarização sobre o mercado na periferia. Determinados tipos de serviços e compras menores e pontuais ocorrem, em sua maioria, em estabelecimentos como vendinhas, açougues e salões de beleza. Tal frequência se explica não apenas pela facilidade garantida pela proximidade, mas também pela permanência da possibilidade do fiado no comércio de vizinhança, mesmo que, muitas vezes, estes pratiquem preços mais altos do que os supermercados do bairro. A preferência pela pequena vendinha para a compra de

artigos de consumo diário se fundamenta, ademais, na importância das situações de interação que conferem sentido ao lugar no cotidiano (LINDÓN, 2006), ou ainda, de redes de sociabilidade características das redes de vizinhança nas periferias.

Processos desta natureza expressam meios pelos quais a racionalidade hegemônica financeira tem logrado alcançar uma maior capilaridade no território e no tecido social. Contudo, os impactos cotidianos dos nexos financeiros têm implicado, ao mesmo passo, a resistência e a emergência de contra-racionalidades, reveladoras do papel ativo assumido pelo espaço e pelo lugar. Muitas vezes subestimado pela literatura recente em financeirização, o caráter ativo do espaço encontra, como referido, certa expressão entre as abordagens socioculturais da financeirização da vida cotidiana (COPPOCK, 2013).

Na periferia de São Paulo, estas formas de racionalidade divergentes, mas ao mesmo tempo convergentes (SANTOS, 1996), se manifestam, entre outros, em fenômenos analisados a seguir, envolvendo toda uma “economia dos centavos”, a convivência com a situação de endividamento a partir da utilização do crédito rotativo, o empréstimo de cartões, nomes e terminais de pagamento eletrônicos, assim como a presença de moedas locais.

A situação de pobreza vivenciada cotidianamente pelas camadas de baixa renda se manifesta, entre outros, na importância assumida por operações de pequeno valor, ou ainda, em uma verdadeira “economia dos centavos”, densamente presente nos bairros periféricos das grandes cidades (MONTENEGRO, 2014). Embora a possibilidade de pagamento com cartões venha se difundindo recentemente, o dinheiro à vista se mantém como a principal forma de circulação monetária na economia popular. Há toda uma economia que circula na forma de centavos, visto que as próprias moedas possuem ainda um valor central.

Haja vista o baixo poder de compra dos consumidores nas periferias, cada cliente só pode comprar quantidades muito pequenas ou demandar serviços relativamente “baratos” em estabelecimentos como vendinhas, bicicletarias, chaveiros, sapateiros e copiadoras. A compra fracionada de cigarros, balas e comprimidos por R\$ 0,50 ou o pagamento de centavos pelo uso da internet em lanhouses, por exemplo, manifestam a importância deste fracionamento do capital e sua própria escassez. Situações desta natureza, presentes na periferia de São Paulo, revelam, ademais, quanto o dinheiro pode “render” entre a população de baixa renda, tanto para o desenvolvimento de pequenas atividades quanto para a realização de seus consumos diários. Frente ao alto custo de vida nas metrópoles e aos baixos níveis de remuneração da maioria da população, aos quais se

⁶A rede Casas Bahia possui atualmente 142 lojas espalhadas pela Região Metropolitana de São Paulo, das quais 84 se encontram no Município de São Paulo. A rede Ponto Frio possui, por sua vez, 49 lojas no Município, contabilizando 79 pontos de venda na Região Metropolitana. Já a rede de confecções Marisa possui 103 estabelecimentos na Região Metropolitana, das quais 54 localizadas no Município de São Paulo.

soma hoje o endividamento generalizado, desenvolvem-se diferentes táticas financeiras que garantem o sustento das famílias até o fim do mês.

O maior acesso ao crédito induz, em contrapartida, à expansão do consumo e à realização de compras de maior valor em grandes estabelecimentos, as quais não encontram, como referido, lastro na renda efetiva da população pobre. Ao analisar as implicações da financeirização sob o consumo dos trabalhadores, Lapavitsas (2011) relembra que os gastos não se baseiam, no entanto, apenas em decisões financeiras, uma vez que envolvem também aspectos não econômicos como compromissos morais, obrigações familiares e aspirações pessoais. Nesta direção, é importante pontuar que o recente impulso às compras entre a população pobre brasileira atendeu, em grande medida, a uma demanda legítima, mas reprimida durante anos.

Neste cenário, o recurso ao parcelamento das compras no cartão de crédito ou ao adiamento do pagamento da fatura se destacam entre novas práticas mais “financeirizadas” para fazer o dinheiro render. Diante da produção sistemática do endividamento, estabelece-se, hoje, uma relação cotidiana com a economia da dívida (LAZZARATO, 2011). Apesar das elevadas taxas de juros praticadas, a disponibilidade de um valor fictício suplementar todo mês leva muitas famílias a considerar o limite dos cartões de crédito como parte prévia do orçamento, ao qual é acrescido de antemão esta renda “extra”. Grande parte da população de baixa renda gasta, porém, muitas vezes, mais do que ganha e, no momento de pagar as faturas dos cartões, recorre ao crédito rotativo e não paga o valor integral da fatura, mas o mínimo exigido para o que cartão seja “liberado” e este possa continuar a ser usado. Tal prática implica, como referido, o pagamento de juros bastante elevados, o que acaba por multiplicar o valor final das faturas. O uso do desta modalidade de crédito revela-se, assim, uma armadilha cuja lógica tende a ampliar o grau de endividamento e inadimplência, dificultando ainda mais a chance de solvência⁷. O constante recurso ao crédito rotativo explicita a incorporação, ou ainda, a naturalização da condição de endividamento entre a população pobre e como diferentes estratégias para lidar cotidianamente com esta condição nascem dos próprios nexos financeiros. Conforme coloca Bauman (2007), a generalização da concessão de crédito visa incutir a prática da dívida não paga enquanto estratégia de vida, convertendo o “viver a crédito” em hábito.

A posse simultânea de diferentes cartões de crédito emerge, neste quadro, como outra estratégia derivada da capilaridade alcançada pela financeirização. Enquanto

um determinado cartão encontra-se cheio de despesas, paga-se apenas o exigido e passa-se a não utilizá-lo até que se consiga desbloqueá-lo. Entrementes, utiliza-se outros cartões próprios ou de terceiros. A banalização do acesso aos cartões entre as diferentes classes de renda se reflete na posse generalizada deste artefato entre entrevistados na periferia paulistana, dentre os quais 60% possuíam mais de um cartão.

A crescente mobilização de redes pessoais para o empréstimo de cartões de crédito, ou ainda, do próprio nome revela, ademais, como os nexos financeiros permeiam hoje a esfera da sociabilidade. Segundo o Data-popular, entre 2010 e 2014 cresceu não só a quantidade de pessoas que pediram dinheiro ou o nome emprestado para pagar contas ou como garantia para uma compra a um parente ou amigo, mas também a frequência destes empréstimos⁸. Entre os entrevistados na periferia paulistana, 40% declararam já ter usado cartões de terceiros e 42% já ter emprestado seus cartões a parentes ou amigos. Tais práticas envolvem a mobilização de vínculos próximos para o auxílio cotidiano, explicitando a importância das redes de apoio para indivíduos em situação de pobreza, assentadas, em sua maioria, no localismo e na proximidade (MARQUES, 2010). Das redes de relações desenvolvidas na vida cotidiana no lugar, podem nascer racionalidades de uma natureza divergente, mas que não deixam de ser convergentes aos nexos da financeirização.

A crescente incorporação de terminais eletrônicos de cartões de débito e de crédito (conhecidos como “maquininhas”) entre os pequenos negócios representa outro fenômeno revelador da permeabilidade alcançada pelas finanças entre a população de baixa renda. Sua difusão, a partir de 2002, coincide com a implantação do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), referido acima. Desde então, os chamados POS (points of sale) alcançaram uma extrema capilaridade pelo território brasileiro, chegando às periferias metropolitanas e às menores cidades. Estima-se que haja atualmente cerca de 4,9 milhões de máquinas de cartão em todo o país (BCB, 2015). Sua incorporação pelas mais diversas atividades do circuito inferior reflete não apenas a banalização do acesso aos cartões, mas a decorrente mudança no uso de instrumentos de pagamento tradicionais e o crescente interesse em oferecer esta opção adicional, presente em 87% dos pequenos estabelecimentos entrevistados na periferia de São Paulo. Emitidos por instituições financeiras credenciadas, os terminais eletrônicos representam, contudo, altos custos operacionais referentes ao aluguel das máquinas e às porcentagens sobre cada transação realizada através dos mesmos. Os

⁷De acordo com estudo da Serasa Experian (2015), os chamados “jovens adultos da periferia” representam 23% dos inadimplentes no Brasil, dentre os quais 34% se tornaram inadimplentes apenas em 2014.

⁸A dimensão do fenômeno da mobilização de redes sociais para o auxílio financeiro se expressa, por exemplo, no fato de 25,5 milhões de brasileiros terem emprestado seu cartão de crédito para parentes ou amigos em 2012 (ABECS, 2012).

valores destas taxas variam conforme o ramo de atuação ou o porte da empresa em termos de faturamento. Na periferia paulistana, os aluguéis dos terminais variam entre R\$ 60,00 e R\$ 100,00 mensais e as taxas cobradas sobre o cada operação de 2% a 5%.

A incorporação das “maquininhas” para o pagamento com cartões implica, assim, uma aceleração da drenagem da poupança popular para o circuito superior, uma vez que se multiplicam os canais que a conduzem. À tal subordinação financeira, acresce-se ainda uma dependência técnica e organizacional, haja vista a imposição do uso exclusivo dos terminais eletrônicos de credenciadores como Visanet e Rede. Cabe destacar que a adoção dos terminais eletrônicos de pagamento pode resultar ainda no endividamento de seus locatários. A partir da aquisição das “maquininhas”, é possível solicitar aos bancos a antecipação do recebimento do valor de futuros pagamentos a serem feitos pelos clientes com cartões, como uma forma de crédito, ao invés de aguardar até o fim do mês para recebê-los. Oferecido aos estabelecimentos afiliados ao sistema Cielo, a Antecipação de Valores Recebíveis (ARV) tem provocado o endividamento de pequenos negociantes, visto que as operações em seus estabelecimentos não alcançam, muitas vezes, o valor antecipado, sobre o qual ainda recaem juros. Dentre os pequenos negócios entrevistados na periferia de São Paulo, 27% declararam utilizar o serviço ARV.

Não obstante, ao mesmo passo em que estes novos nexos se capilarizam pela economia popular, emergem também diferentes formas de contornar a rigidez que lhes é inerente. Daí os diferentes acordos estabelecidos entre pequenos comerciantes envolvendo o empréstimo das máquinas e as porcentagens das operações para o uso das mesmas. Os “empréstimos” podem se estender inclusive a estabelecimentos localizados em outras partes da cidade, já que o uso do terminal poder se dar através de uma linha de telefone fixo, de telefone celular ou de radiofrequência. Tais práticas revelam a capacidade do circuito inferior em driblar a especialização extrema dos objetos técnicos, ou ainda, a hipertelia de que nos fala Simondon (1958). Não obstante, isto se dá, em um contexto de aprofundamento de subordinação crescente aos nexos financeiros.

Por fim, verifica-se, ao mesmo passo, o surgimento de novos padrões de engajamento financeiro para além das redes financeiras hegemônicas. A emergência de organizações econômicas como cooperativas de crédito, bancos comunitários, sistemas de moedas locais, clubes de troca de serviços por créditos representa, segundo Coppock (2013), novos meios de subverter os impactos da financeirização. Para este autor, há toda uma multiplicidade de espaços e sujeitos financeiros situados fora do mainstream aos quais devemos atentar.

Estas formas alternativas de organização das finanças também se fazem presentes em São Paulo⁹, conforme revela Paula (2014) em pesquisa sobre os bancos comunitários e as moedas locais (e/ou sociais). Fundamentada nos preceitos da economia solidária, a criação de bancos comunitários e moedas locais visa desenvolver redes locais contíguas de produção e consumo em comunidades de baixa renda. A concessão de empréstimos tende a estar pautada em relações de confiança e de vizinha (PAULA, 2014), características de um cotidiano compartilhado no lugar, sobretudo por aqueles em situação de pobreza.

O alcance espacial de uma moeda local revela a importância da contiguidade e das redes de relação aí desenvolvidas para a emergência de organizações financeiras de outra natureza. A mobilização destas redes assentam-se no próprio sentido atribuído ao lugar pelos sujeitos em seu cotidiano (LINDÓN, 2006). Enquanto expressões de uma racionalidade financeira divergente, os bancos comunitários e as moedas locais compreendem, ademais, uma forma de evitar a drenagem da poupança popular, na medida em que impedem o afluxo financeiro vertical para o circuito superior (PAULA, 2014).

Nos lugares, reúnem-se, assim, diversas redes sociais e financeiras, representantes, por sua vez, dos nexos da financeirização hegemônica, mas também de contraracionalidades localmente gestadas. Depreendem-se, daí, abordagens como aquela das ecologias financeiras (financial ecologies), segundo a qual a dinâmica espacial do sistema financeiro abrange uma composição de atores e instituições produtores de conhecimento financeiro local, além de práticas e de subjetividades distintos (FRENCH et al., 2011). Buscando realizar “uma leitura das finanças mais sensível ao lugar”, Coppock (2013, p.482) destaca como a reunião de redes sociais e financeiras variadas, compreendidas como ecologias financeiras, molda as subjetividades financeiras e as condições de engajamento com instituições financeiras do mainstream, mas também com organizações alternativas na vida cotidiana. Em cada lugar, tem-se, em suma, a convivência dialética entre uma razão de ordem local e outra de ordem global enquanto ordens que se superpõem, se associam e se contrariam (SANTOS, 1996).

Novas formas de capilaridade da financeirização sobre a pobreza e as periferias das grandes cidades têm provocado, hoje, diferentes implicações no território e na vida social como um todo. Seus impactos cotidianos evidenciam como as finanças deixam de compreender um espetáculo da economia distante, consolidando-se, progressivamente, como uma esfera da qual os indivíduos

⁹Segundo Paula (2014), havia 104 bancos comunitários instalados no país em 2015, dos quais 4 encontram-se na cidade de São Paulo. Os principais produtos oferecidos pelo banco União Sampaio (na periferia da zona sul) são o crédito para consumo, o crédito produtivo, o crédito cultural e o “Puxadinho”.

devem não apenas participar, mas a partir da qual devem definir sua identidade (MARTIN, 2002). Os novos nexos assumidos pela financeirização correspondem, porém, sobretudo ao processo de “expropriação financeira” (LAPAVITSAS, 2011), o qual assume hoje uma natureza superlativa por meio da multiplicação dos canais de extração da poupança popular e da produção generalizada do endividamento.

Considerações finais

No período atual, estabelecem-se novos nexos entre agentes hegemônicos dos mercados financeiros e a pobreza, ou ainda, entre os circuitos superior e inferior da economia. O papel central das finanças nestes nexos se revigora diante das novas possibilidades técnicas e políticas do período. Ao mesmo passo em que ao circuito superior interessa agora a liquidez do dinheiro oriundo das poupanças populares, este passa a garantir a capilaridade da financeirização junto ao circuito inferior. Como resultado, “aceita-se o custo exorbitante do dinheiro emprestado, o endividamento crônico como forma de vida social e a definição de insolvência enunciada pelas grandes firmas” (SILVEIRA, 2009, p.74).

Frente ao avanço das formas de “capilaridade” assumidas pelas finanças, à violência do endividamento e à multiplicação dos canais de drenagem da renda popular, consideramos, por fim, que cabe aprofundarmos as análises sobre o discurso hegemônico que apregoa a chamada “financial literacy” (educação financeira) enquanto habilidade imprescindível em uma sociedade regida, paradoxalmente, pela própria fabricação do homem endividado (LAZZARATO, 2011). A “financial literacy” envolve competências pretensamente requeridas para lidar com a complexidade financeira que permeia a vida social. Refere-se, nesta direção, ao conhecimento e à compreensão de produtos e serviços financeiros com os quais se deve lidar no cotidiano e às implicações de compromissos financeiros. A “financial literacy” emergiria, nesta direção, como solução para capacitar a sociedade a lidar com a complexidade financeira e o risco (CLARK, 2014).

Contudo, para além da assimetria de informações disponíveis aos cidadãos e aos agentes hegemônicos, a financeirização avança em um contexto de recuo dos sistemas de proteção social e de privatização de bens e serviços universais. Em um mundo regido pelas finanças e pelo mercado, o declínio da capacidade dos sistemas de proteção social em garantir a segurança a longo prazo tende a ser substituído pela individualização da capacidade de garantia de bem-estar através da aquisição da financial literacy e, finalmente, pela própria subserviência aos nexos financeiros. Sob a ascendência

de um padrão de provisão de riqueza baseado no mercado, indivíduos passam a ser obrigados a gerir seu futuro financeiro através de investimentos e poupanças. A financial literacy corresponde, destarte, não apenas à habilidade para “performar” segundo o ideal neoliberal, mas à própria sujeição à disciplina dos mercados financeiros (COPPOCK, 2013). No entanto, como coloca Storper (2014), enquanto não houver políticas públicas com capacidade regulatória para reformatar o mundo das finanças, nenhuma educação financeira será suficiente para proteger a sociedade e voltar a garantir o bem-estar social.

Aos avanços recentes da financeirização do território e da sociedade brasileiros não correspondeu, como referido, nenhum avanço no campo da regulação no sentido de minimizar a generalização do endividamento e suas repercussões sobre o cotidiano da população pobre. Em um contexto de desregulação dos sistemas financeiros nacionais e de mercantilização generalizada, revigora-se, contudo, justamente o imperativo de disciplinar os mercados financeiros, sobretudo em países periféricos e semiperiféricos (DAHER, 2016). Frente à potência dos preceitos neoliberais e dos ditames dos interesses hegemônicos no território brasileiro, tal imperativo faz-se ainda mais urgente.

Referências

- AALBERS, M. (2008) The financialization of home and the mortgage market crisis. *Competition & Change*, n. 12, p. 48–166.
- AGLIETTA, M. (1998) *Le capitalisme de demain*, Notes de Fondation St. Simon, n. 101.
- ARRIGHI, G. (1994) *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of our Times*. London: Verso.
- BALLESTEROS, A. e CARRERAS, C. (2006) Geografía y consumo. In: HIERNAUX, D. e LINDÓN, A. (orgs) *Tratado de Geografía Humana*. México D.F.: Editorial Antrophos, p. 320-336.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). *Relatório de Inclusão Financeira*. Número 3. Brasília: Banco Central do Brasil, 167 p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/relinconfin/RIF2015.pdf>. Acessado em: 8 jun. 2016.
- BAUDRILLARD, J. (1970) *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70.
- BAUMAN, Z. (2007) *Vida de consumo*. Madri: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- BOYER, R. (2000) Is a finance-led growth régime a viable alternative to fordism? *Economy and Society*, vol. 29, n.1.
- CHESSNAIS, F. (1998) *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- CHESSNAIS, F. (2003) La teoría del régimen de acumulación financiarizado. Contenido, alcance e interrogantes. *Revista de Economía Crítica*, n. 1, p. 37-72.
- CHESSNAIS, F. (2005) A Finança mundializada. Raízes sociais e políticas, configurações e consequências. São Paulo: Boitempo.
- CHRISTOPHERS, B. (2015) The limits to financialization. *Dialogues in human geography*, n. 5(2), p. 183-200. Disponível em: <http://dhg.sagepub.com/content/5/2.toc>. Acessado em: 20 mai. 2015.
- CHRISTOPHERSON, S.; MARTIN, R. & POLLARD, J. (2013) Financialisation: roots and repercussions. *Cambridge journal of regions, economy and society*, n. 6, p. 351-357. Disponível em: <http://cjres.oxfordjournals.org/content/6/3.toc>. Acesso em: 30 jun. 2015.
- CLARK, G. (2014) Roepke Lecture in Economic Geography. Financial Literacy in Context. *Economic Geography*, n. 90,1–23.
- CONTEL F. (2006) *Território e finanças. Técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH/Universidade de São Paulo.
- CONTEL, F. (2009) Espaço geográfico, sistema bancário e hipercapilaridade do crédito no Brasil. *Caderno CRH*, n. 55, p. 119-134.
- CONTEL, F. (2016) As finanças e o espaço geográfico: contribuições centrais da geografia francesa e da geografia brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 61, n. 1, p. 59-78.
- COPPOCK, S. (2013) The everyday geographies of financialisation: impacts, subjects and alternatives. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, n. 6, p. 479–500.
- DAHER, A. (2016) Externalidades territoriales de la gobernanza financiera global. *EURE*, n. 42(126), p. 213-236. Disponível em: <http://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/1523/895>. Acessado em: 15 jul. 2016.
- DE MATTOS, C. (2014) Gobernanza neoliberal, financiarización y metamorfosis urbana en el siglo XXI. *Centro de Investigaciones de Políticas Públicas y Territorio*. Flacso/Equador. Disponível em:

- http://cite.flacsoandes.edu.ec/media/2016/02/De-Mattos-C_2014_Gobernanza-neoliberal.pdf. Acessado em: 25 set. 2015.
- DIAS, L. C. (2009) Finanças, política e território. *Caderno CRH*, n. 55, p. 9-13.
- ERTURK, I.; FROUD, J.; JOHAL S, LEAVER; A. (orgs.) (2008) *Financialization at Work: Key Texts and Commentary*. Abingdon: Routledge.
- FRENCH, S.; LEYSHON, A. & WAINRIGHT, T. (2011) Financializing space, spacing financialization. *Progress in human geography*, n. 35, p. 798-819. Disponível em: <http://phg.sagepub.com/content/35/6.toc>. Acessado em: 07 ago. 2015.
- GUTTMANN, R. (2008) Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. São Paulo: *Novos Estudos*, n. 82.
- HARVEY, D. (2011) *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.
- LANGLEY, P. (2007) Uncertain subjects of Anglo-American financialization. *Cultural Critique*, n. 65, p. 67–91.
- LAPAVITSAS, C. (2011) Theorizing financialization. *Work, employment and society*, n. 25(4), p. 611-626. Disponível em: <http://wes.sagepub.com/content/25/4.toc>. Acessado em: 10 mai. 2015.
- LAPAVITSAS, C. e POWELL, J. (2013) Financialisation varied: a comparative analysis of advanced economies. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, n. 6, p. 359-379.
- LAZZARATTO, M. (2011) *The Making of the Indebted Man. An essay on the neoliberal condition*. Amsterdam: Agence litteraire Pierre Astier.
- LINDÓN, A.(2006) Geografías de la vida cotidiana. In: HIERNAUX, D. e LINDÓN, A. *Tratado de Geografía Humana*. Mexico D.F.: Anthropos Editorial, p. 356-400.
- MARQUES, E. (2010) *Redes sociais, segregação e pobreza*. São Paulo: Edunesp.
- MARTIN, R. L. (1999) *Money and the Space Economy*. Chichester: Wiley.
- MARTIN, R. (2002) *Financialization of Daily Life*. Philadelphia: Temple University Press.
- MARTIN, R. L. (2011) The local geographies of the financial crisis: from the housing bubble to economic recession and beyond, *Journal of Economic Geography*, n. 11, p. 587–619.
- MONTENEGRO, M. R. (2014) *Globalização, trabalho e pobreza no Brasil nas metrópoles brasileiras*. São Paulo: Annablume.
- NERI, M. (2011) *A Nova Classe Média. O lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Editora Saraiva.
- ORLÉAN, A. (1999) *Le pouvoir de la finance*, Paris: Odile Jacob.
- PAULA, C. (2014) *Do território ao lugar: bancos comunitários, moedas locais e o circuito inferior da economia urbana em São Paulo-SP*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: FFLCH/Universidade de São Paulo.
- PIKE, A. e POLLARD, J. (2010) Economic geographies of financialization. *Economic Geography*, n. 86, p. 29–51.
- SANTOS, M. (1975) *L'espace partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés*. Paris: M.-Th. Génin, Librairies Techniques.
- SANTOS, M. (1996) *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, M. (2000) *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. (2001) *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de

Janeiro: Record.

SCIRÉ, C. (2011) Financeirização da pobreza: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo. *Teoria & Pesquisa*, n. 20, p. 65-78.

SENNET, R. (2006) *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

SILVEIRA, M. L. (2009) Finanças, Consumo e Circuitos da Economia Urbana na Cidade de São Paulo. *Caderno CRH*, n. 22 (55), p. 65-76.

SILVEIRA, M. L. (2011). Economia política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. In: SILVA, C. A. da (org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 35-51.

SILVEIRA, M. L. (org.) (2016). *Circuitos de la economía urbana: ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo*. Buenos Aires: Café de las ciudades.

SIMONDON, G. (1958) *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier.

SOKOL, M (2013) Towards a 'newer' economic geography? Injecting finance and financialisation into economic geographies. *Cambridge journal of regions, economy and society*, n. 6, p. 501-515.

STORPER, M. (2014) Commentary on 2013 Roepke Lecture in Economic Geography. Financial Literacy in Context. *Economic Geography*, n. 90 (1), p. 25–27.

THEURILLAT, T. e CREVOISIER, O. (2012) *Une approche territoriale de la financiarisation et des enjeux de la reconfiguration du système financier*. Disponível em: <http://bit.ly/1zAt4Pr>. Acessado em: 20 jul. 2016.